

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
O ESTADO E O FINANCIAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: desenvolvimento do setor produtivo privado e a utilização de dinheiro público.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Simone Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A financeirização das políticas sociais é um importante nicho de produção de riqueza para o capital no novo século. O oferecimento, por instituições privadas, de direitos sociais como saúde e educação não é uma novidade no Brasil. Entretanto, a presença do Estado como articulador e organizador deste grande negócio tem obtido muito importância neste novo século. Com efeito, a utilização de dinheiro público através da criação de fundos de previdência privada ou de políticas de inclusão a partir do financiamento de vagas em instituições privadas de ensino superior, são políticas de estímulo.</p> <p>Porém, este trabalho se dedicou a Ciência e Tecnologia C&T, já denominada por muitos como Pesquisa e Desenvolvimento P&D, buscando compreender a participação do Estado no fomento da pesquisa desde as leis que regulamentam os incentivos fiscais (Lei do Bem), o incentivo a inovação tecnológica com vistas ao desenvolvimento industrial do país (Lei de Inovação Tecnológica), a participação do corpo docente pesquisador das universidades públicas em pesquisas de empresas e, finalmente, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Desta empresa é fundamental entender sua forma de operar o credenciamento de centros de pesquisa e a distribuição de recurso e, principalmente, como o dinheiro público participa deste processo. Acreditamos que tanto a financeirização dos direitos sociais quanto o fomento à pesquisa partem hoje de um mesmo denominador comum, a utilização do dinheiro público beneficiando setores privados do capital.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Financeirização; pesquisa; inovação;			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The financialization of social policies is a major wealth-producing niche for capital in the new century. The offering, private institutions, social rights such as health and education is not new in Brazil. However, the State's presence as a coordinating and organizing this big business has been very important in this new century. Indeed, the use of public money through the creation of private pension funds or inclusion policies from the waves of financing private institution of higher education, are stimulus policies.</p> <p>However, this work was dedicated to Science and S & T technology, already known by many as Research and Development R & D, trying to understand the state's interest in promoting research since the laws governing tax incentives (Law of Good), encouraging innovation technology with a view to the industrial development of the country (Innovation Act), the participation of the teaching body of public research universities in research companies and ultimately the creation of the Brazilian Company for Industrial Research and Innovation. This company is essential to understand their way of operating the accreditation of research centers and the distribution of resource and especially how public money participates in this process. We believe that both the financialization of social rights and the promotion of research today are based on a common denominator, the use of public funds benefiting private capital sectors.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Financialization; Research; Innovation;			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

Introdução

A pesquisa acadêmica é parte intrínseca da formação do corpo docente nos diversos segmentos do ensino. No entanto, no sistema capitalista, estruturado pela necessidade de valorização do valor (exploração de um grande quantitativo de vidas e à hiperconcentração de renda), está ausente da grande maioria das corporações que atuam no ensino superior, inclusive as denominadas universidades, atualmente controladas, em sua maioria, por fundos de investimentos, e, no caso das universidades públicas, a pesquisa em ciência e tecnologia é concebida como uma atividade pragmática, voltada ao interesse de empresas, recoberta sob o manto da inovação tecnológica e da competitividade. Em países de capitalismo dependente (Fernandes, 2009), a pesquisa acadêmica também se apresenta como um importante elemento de consolidação de heteronomia, na medida em que pauta questões demandadas por corporações constitutivas do imperialismo, sejam estrangeiras ou controladas por frações burguesas locais.

Tomando como base a tradição marxista na compreensão da configuração do capital portador de juros na contemporaneidade e sua incidência sobre a mercantilização das políticas sociais, buscamos compreender os mecanismos instituídos pela classe dominante para a transformação da educação superior e da produção científica realizada nas instituições públicas de ensino em mercadoria que geram fusões de investimentos e grandes negócios privados. Vale reconhecer que um dos principais mecanismos utilizados é a ressignificação do público, afastando-o de qualquer indicação de universalização rebaixando-o a mais um artifício facilitador de exacerbar a financeirização de direitos sociais.

Este estudo está focalizado nas políticas elaboradas pelo governo federal através do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação para a produção científica no Brasil e como estas podem subordinar as universidades as demandas do setor produtivo privado e a utilização de dinheiro público no estímulo ao crescimento deste setor. Trata-se de um estudo exploratório ainda em curso que está sendo aprofundando por meio de pesquisa realizada para o doutoramento no Coletivo de Estudos de Marxismo e Educação – Colemarx.

Um breve histórico

Fazendo um breve histórico da pesquisa acadêmica no Brasil, podemos afirmar que a conformação dos conselhos (Capes e CNPq) acontece em uma conjuntura de reorganização da economia-mundo

onde o grau de liberdade dos países capitalistas dependentes foi consideravelmente ampliado (1929-1950), possibilitando a industrialização substitutiva e, no período após 1950, os EUA tiveram de efetivar políticas, em alguns países, entre os quais o Brasil, afins ao desenvolvimento, neste momento em virtude da Guerra Fria.

É importante notar que a relação entre pesquisa acadêmica e o desenvolvimento econômico-social no Brasil é assumida por parte das frações burguesas locais é entendida sob a tese da inexorabilidade do progresso apresentada por W. W. Rostow, em “As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista”¹. Nesta tese, o crescimento e o avanço econômico estão intimamente ligados à implantação de políticas condizentes com o ‘mundo livre’, leia-se, capitalista, onde a situação dos países seria um *continuum* entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Para atingir o arranque econômico, as nações subdesenvolvidas deveriam investir em desenvolvimento se endividando e atraindo investimentos externos das nações desenvolvidas. Ao copiar o modelo e cumprir as exigências que o endividamento impunha, as nações subdesenvolvidas poderiam atingir estágios superiores, do contrário, significaria mais atraso e estagnação econômica.

É como se a localização dos países na economia-mundo decorresse exclusivamente da adesão ou não às políticas desenvolvimentistas, desconsiderando a totalidade do processo político-econômico, como, por exemplo, a forma de articulação das frações burguesas locais com o imperialismo e a natureza de suas revoluções burguesas (SILVA, 2012, p. 2).

Evidências coligidas em pesquisa anterior (Silva, 2012), sugerem que as políticas de Ciência e Tecnologia² no Brasil foram estabelecidas à maneira apregoada por Rostow. As regras de organização e financiamento à pesquisa foram pensadas como parte da condição do *take off*. As possíveis injeções de capital estavam condicionadas aos acordos políticos e econômicos que envolviam políticas educacionais, incluindo o estímulo à produção científica, definidos pelos acordos da USAID (*United States Agency for International Development –Usaid*), da Aliança para o Progresso, por organismos internacionais como o Banco Mundial e, não menos relevante, pela tecnocracia do planejamento da ditadura empresarial-militar. A universidade, uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento, precisava se adequar ao modelo, o que exigiria o comprometimento de seus principais pesquisadores.

¹ O autor considera cinco as etapas do desenvolvimento: 1. sociedade tradicional (economia baseada em subsistência); 2. condições para o arranque (sociedades em processo de transição, onde a especialização do trabalho gera excedentes); 3. arranque ou *take off* (superação das resistências ao desenvolvimento); 4. maturidade (extensão da tecnologia moderna a atividade econômica); 5. a era do consumo de massa (a economia dirigida ao consumo de massa, cresce indústrias produtoras de bens de consumo e o setor de serviços).

² Doravante denominada C&T.

A década de 1960 inaugura uma nova tática de relacionamento dos EUA com a América Latina, uma sequência de golpes militares financiados e orquestrados pela agência de segurança estadunidense inicia-se pelo Brasil. É neste contexto que a pós-graduação é regulamentada através do Parecer nº 977/1965 e os acordos MEC USAID. O parecer é taxativo em afirmar a necessidade de adaptação ao modelo estadunidense: “*atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomando como objeto de análise a pós-graduação norte-americana*” (Parecer Nº 977/1965), a construção da pós-graduação no Brasil para preparar o desenvolvimento do país denominado “milagre brasileiro” que se teve seu auge e também seu declínio na década de 1970. Para o desenvolvimento de C&T, além da regulamentação da pós-graduação foi preciso organizar o financiamento das pesquisas, para isso foi criado à época o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. As alterações operadas na educação, em todos os níveis incluindo a pós-graduação, eram congruentes com as medidas necessárias para a consolidação do capitalismo monopolista sem alterações no padrão capitalista dependente (Fernandes, 2009), e os militares contavam com o apoio do setor empresarial brasileiro, do Banco Mundial e do governo estadunidense.

O início da década de 1970 foi de alto investimento na pesquisa. Segundo dados da Revista Brasileira de Inovação³ foram investidos no I Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT (1973-1974), cerca de Cr\$ 4,3 bilhões (valores da época) distribuídos conforme as prioridades definidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Mas, a partir da segunda metade da década, os investimentos no país e na pesquisa foram reduzidos, e na década de 1980 a crise econômica e o desgaste do governo militar exigiram mudanças políticas e econômicas o que gerou uma redução nos recursos destinados à pesquisa.

A crise financeira mundial de 1980 também atingiu os investimentos nas universidades e no financiamento da pesquisa na pós-graduação. A necessidade de contenção financeira gera políticas de controle que se baseiam em dois pontos: primeiro a pré-definição da temática a ser financiada através dos Editais de Pesquisa, política elaborada a partir de orientações do Banco Mundial que reforçou a heteronomia. Em 1982, o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT foi criado, apoiado em empréstimos do Banco Mundial e como um instrumento de ação complementar às agências de financiamento. Vale lembrar que a aprovação e

³ Ver <http://www.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/249/163>

renovação de empréstimos estavam vinculadas ao fechamento de acordos da dívida externa brasileira e que a participação da comunidade acadêmica na elaboração e na administração dos recursos para a C&T foi essencial.

Vale ressaltar que a forma de regulamentação de expansão da pós-graduação no Brasil permitiu promover desigualmente grupos de pesquisas e pesquisadores. Aqueles que estavam mais de acordo, ou que respondiam as necessidades do desenvolvimento apregoado pela ditadura empresarial-militar obtiveram apoio financeiro e político para desenvolver seus campos de pesquisa, enquanto que pesquisas críticas ao desenvolvimento ou mesmo focadas em questões que não estavam incluídas naquela formula de desenvolvimento estavam de fora do estímulo de crescimento. A construção do campo científico é por excelência um campo de disputa ideológica e de poder, a definição de ciência ou de competência científica é feito por aqueles que obtém a autoridade científica para fazê-lo. Bourdieu aponta com maestria esta relação,

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p.122-123) (grifo do autor)

Longe de ser um privilégio do período da ditadura esta disputa de poder é continua e pode ser manipulada de acordo com os interesses da classe dominante. As agências, conselhos e órgãos de poder da ciência são compostos, com raras exceções dos que gozam de confiança acadêmica e política do poder institucionalizado.

A pós-graduação e a pesquisa foram expandidas imersas nessas contradições. A política científica e tecnológica da ditadura promoveu grupos, linhas de pesquisa e instituições que foram considerados mais afins ao modelo em implementação apoiando, inclusive, professores que sustentavam mais ou menos abertamente o regime “em nome da ciência”. Com isso, uma nova hierarquia acadêmica foi criada, conferindo poder e prestígio a esses professores (e às suas linhas de pesquisa) nos programas de pós-graduação. Até os dias de hoje vivemos os efeitos dessas marcas de origem da pós-graduação e do sistema de ciência e tecnologia. Entretanto, no presente, a lealdade ao modelo da modernização conservadora foi substituída por um empreendedorismo mais pragmático e utilitarista, situação que assume novo patamar com a Lei de Inovação Tecnológica (Lei N. 10.973, de 2 de Dezembro de 2004). (LEHER, 2008, p.10)

A mercantilização da educação e a ressignificação do público

O Estado burguês brasileiro passava por uma crise política, a mudança de regime era uma exigência da população brasileira, a crise econômica estagnou o processo de crescimento e os

‘aliados’ estadunidenses obtinham proveito com isso. As tentativas de controle da economia eram baseadas em políticas externas, como o Consenso de Washington que nada mais era que um receituário de Fundo Monetário Internacional para que, os denominados, países em desenvolvimento seguissem e promovessem o ajustamento necessário em suas economias. Esses ajustes nada mais eram que cortes em direitos sociais.

A hipertrofia do setor financeiro, provocada pelo desenvolvimento do capitalismo, indica a necessidade de operações internacionais, de abertura de mercados nacionais e privatização constituindo uma nova configuração onde a centralização de grandes capitais financeiros escraviza empresas e nações de capitalismo dependente à sua dinâmica rentista e parasitária. Mas, para manter o capitalismo de pé, não basta só privatização e domínio das empresas nacionais é preciso lançar mão de direitos e políticas sociais. Isto não significa somente extingui-las, mas fazer daquelas que oferecem condições para tal que se tornem mercadorias negociáveis.

Granemann (2007) aponta um processo de transmutação da proteção social em duas direções simultâneas e conexas: a mercantilização das políticas e dos direitos sociais em serviços privados e a redução dos sistemas de proteção social antes operados pelo Estado (p. 64). Somaria a estes a utilização do dinheiro público para o estímulo do crescimento da participação do setor privado nas atividades que deveriam ser operadas pelo e com o caráter público como no caso da compra de vagas do setor privado da educação em nome da expansão do ensino superior.

O Estado se consolida sob uma nova dimensão capaz de arbitrar a entrada do setor privado nas políticas sociais sob o manto da expansão e democratização dos serviços e que se utiliza de uma ressignificação do público e das deficiências do serviço promovido pelo Estado para destinar parte destas políticas ao controle de setores particularista, rompendo assim qualquer possibilidade de universalização. Por meio de um novo conceito, procurou-se instituir algo novo, não público, mas participante do orçamento público.

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...] Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do Parlamento para participar do orçamento público. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 286).

Com o passar dos anos esta nova dimensão do público foi facilitando uma substituição da universalização do direito pela ampliação da camada que este atinge, mesmo que para isso seja através de financiamento público destinado ao setor privado. No entanto, é no novo século e no governo do Partido dos Trabalhadores que esta nova dimensão ganha proporções jamais vistas. As políticas democratizantes na educação partem de uma lógica de expansão no setor privado com vagas financiadas pelo dinheiro público garantindo assim a potencialização da apropriação privada de direitos sociais a partir do estímulo do Estado. O crescimento do ensino privado no Brasil teve um espetacular resultado como pode ser verificado no desempenho da Kroton que foi a primeira empresa do setor de educação a ser premiada pela revista Valor Econômico com o prêmio “Empresa de Valor”. Segundo o jornal, seu desempenho é explicado pela combinação de boa gestão e pelos incentivos para o ensino superior privado (Prouni, Fies e Pronatec).⁴

Além do estímulo econômico os setores particularistas obtiveram também o protagonismo na representação das políticas de educação. O Movimento Todos pela Educação - TPE, criado em 2006, tem se consolidado como a voz da educação no Brasil, representando com maestria sua classe social definindo a agenda da educação a partir dos interesses do grupo que representa. Nas palavras de Gramsci, podemos considerar o TPE um intelectual orgânico.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (1982, p..3)

As políticas de educação circulam entre o crescimento espetacular do setor privado através do FIES e do PROUNI e PRONATEC e das metas e estratégias constituídas a partir da formulação

⁴ Com mais de 1 milhão de alunos e valor de mercado superior a 26 bilhões, a Kroton é uma companhia de superlativos. Em junho, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e os acionistas aprovaram a fusão com a Anhanguera, criando o maior grupo de ensino superior do mundo, considerando o volume de matrículas e o valor de mercado. A receita líquida estimada da nova companhia para este anos é de R\$ 4,7 bilhões. Valor Econômico, 26/8/2014
http://www.valor.com.br/search/apachesolr_search/fus%C3%A3o%20da%20kroton?page=4&solrsort=created%20desc&filters=-type%3Avalor_international_conteudo%20-type%3Awall_street_journal%20-type%3Avalor_ri%2A%20-channel%3Ari

do TPE que se baseiam em uma ‘qualidade’ quantitativa e em financiamento a partir da avaliação desta qualidade. A mesma lógica é investida na pós-graduação e no financiamento da pesquisa. A verba pública destinada a pesquisa (bolsas e ajuda ao programa de pós-graduação) são definidas pela nota que é dada após avaliação do curso. Esta avaliação também prima pelo critério quantitativo de publicações acadêmicas.

Este investimento público como estímulo para o setor privado não é um privilégio do ensino superior. Na pesquisa acadêmica e científica este financiamento tem sido, ao decorrer dos últimos 25 anos, regulamentado através da legislação, autorizando setores privados a ocuparem lugar determinante na definição da pesquisa no país.

Segue a passos largos o desmantelamento de uma perspectiva que concebe a pesquisa como parte da formação de um corpo docente de alto nível, empenhado em produzir conhecimento novo em domínios estratégicos para assegurar o bem-viver dos povos, como energia, agricultura, educação, saúde, cultura etc. A crescente aproximação das universidades com o setor produtivo privado vem celeremente ameaçando a autonomia do pesquisador, submetendo-o, muitas vezes, às regras das empresas.

O ensino privado tem crescido de forma alarmante, sendo financiado, em grande parte, por dinheiro público através de políticas denominadas pelo governo como inclusivas – Prouni (Programa Universidade para Todos) e Fies (Programa de Financiamento Estudantil)⁵. As instituições públicas de ensino, antes detentoras quase majoritárias da produção científica, atualmente contribuem com a prestação de serviços para empresas estatais e privadas, subordinando seu corpo de pesquisadores às demandas de empresas em nome do desenvolvimento do setor produtivo do país.

Dinheiro público e produção científica destinada ao setor produtivo privado

Passadas três décadas do fim formal da ditadura, essas medidas heterônomas seguiram sendo aprofundadas. A Lei Federal n.º10.973/2004, denominada Lei de Inovação Tecnológica, associada

⁵ Jornal Valor Econômico (24.06.2014): no acumulado dos últimos quatro anos, o montante desembolsado pelo governo para o FIES foi de 14,6 bilhões. <http://www.valor.com.br/brasil/3591800/setor-privado-espera-extensao-do-fies-e-agencia-reguladora>. (17.11.2014): cenário favorável ao setor por conta da renovação do PROUNI por mais dez anos, foram concedidas entre 2005 e 2012 1 milhão de bolsas com uma renúncia fiscal de R\$ 3,2 bilhões. <http://www.valor.com.br/empresas/3781114/ensino-superior-mantem-ritmo-forte>

Infomoney/Reuters (23.02.2015) as ações do setor de educação exibiam forte alta depois que o MEC reverteu as limitações do FIES. <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3881040/entenda-mudancas-fies-que-provocaram-disparada-nas-acoes-das-educacionais>

a outras legislações⁶, ampliaram o escopo da inovação, reduzindo, proporcionalmente, os recursos destinados a pesquisa básica e “não interessada” (Gramsci,1982) e as pesquisas aplicadas aos problemas dos povos.

Nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, boa parte financiamento público do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI e Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES foi destinada ao apoio ao ‘novo desenvolvimentismo’ financiando a denominada “pesquisa, desenvolvimento e inovação – P&D&I”. A inclusão do termo inovação na nomenclatura do ministério, em 2011, revela uma significativa mudança para a pesquisa em ciência e tecnologia. Trata-se de interação universidade-empresa, ou nas palavras da presidenta, um “casamento” entre as instituições de pesquisa e a empresa privada conformada sob o nome de Empresa Brasileira de Pesquisa de Pesquisa e Inovação Industrial.

‘Vamos estabelecer uma parceria, praticamente um casamento. A Embrapii é um dos locais desse casamento. Terá um papel fundamental, um local de articulação das nossas relações, e isso fará muita diferença para todos nós’, disse Dilma a uma plateia de empresários durante reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), no Palácio do Planalto⁷.

Criada ainda no governo Lula a criação da Lei de Inovação Tecnológica (10.973/2004) dispõe sobre incentivos a inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e em seu parágrafo único especifica que

O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.

Outro facilitador é a Lei 11.196/2005 denominada Lei do Bem que institui regime especial de tributação para a plataforma de exportação de serviços e tecnologia da informação. Cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnologia.

A criação da EMBRAPII é outro fator importante de incentivo a Produção e Desenvolvimento e Inovação, doravante P&D&I, e se insere na perspectiva de administrar a realização da pesquisa a partir de uma organização social cuja principal preocupação é estimular o crescimento do setor

⁶ Lei das Fundações de apoio nas instituições federais de ensino (8.958/1994), regulamentação dos Fundos Setoriais (1999), lei que regulamenta a parceria pública e privada (11.079/2004), Lei do Bem (11.196/2005).

⁷ Agência Brasil. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-14/embrapii-vai-promover-casamento-entre-instituicoes-de-pesquisa-e-empresas-privadas-diz-dilma-rousseff>

produtivo. Sua atuação se dá por meio de cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnologia, podendo ser públicas ou privadas e seu foco são as demandas empresariais, em particular, o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação.

Para tanto, impulsiona a aproximação de centros de pesquisas das universidades com as empresas e assume a maior parcela de investimento garantindo assim o compartilhamento de riscos com as empresas. Com os últimos credenciamentos, a EMBRAPPII conta com cinco institutos federais e quatro universidades federais de um total de dezoito centros de pesquisas.

O recurso público é utilizado no setor privado e a empresa pode contar ainda com o saber produzido na universidade no desenvolvimento de tecnologia sob a alegação de tornar a indústria nacional mais competitiva. Segundo o Jornal Valor Econômico de 07 de junho de 2014, o BNDES emprestou o equivalente a 90% dos R\$ 55 milhões investidos na construção, ao lado da Unisinos, da unidade de testes de semicondutores da HT Micron em São Leopoldo (RS), enquanto a FINEP aportou R\$ 35 milhões para o desenvolvimento do processo.

Surge assim um novo tipo de universidade incluída em um setor de serviços não exclusivos do Estado. São sólidas as evidências de que toda a trajetória das políticas de C&T contribuiu para a consolidação de uma produção científica incapaz de romper com a dependência e a heteronomia. Ou seja, aqueles que durante as quatro últimas décadas propagandearam que as políticas desenvolvidas no Brasil para C&T levariam o país ao desenvolvimento, na verdade fortaleceram a heteronomia da produção científica.

Destarte, as ideologias dominantes têm preconizado que os benefícios da nova economia serão para todos os que se prepararem para ela e, por isso, sustentam que a educação será a chave para o desenvolvimento, a prosperidade e o futuro da nação. Contudo, é preciso que as “velhas” universidades sejam convencidas de que não se trata de conhecimento acadêmico. O mercado requer conhecimento operacional e pragmático. É nesse contexto que a inovação tecnológica é inserida na agenda da educação superior da periferia do capitalismo (LEHER, 2004, p.881).

A opção pela manutenção de um capitalismo dependente fez com que mesmo quando houve investimento em C&T este se limitasse a compra de tecnologia de primeiro mundo e a formação de técnicos para aplicá-las. Atualmente as universidades estão ameaçadas a contratar professores através de organizações sociais e a conviver com estas organizações, transformando sua característica pública em fatias controladas por empresas públicas de direito privado como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação – EMBRAPPII.

O governo afirma que estas medidas objetivam apoiar o novo desenvolvimento, ironicamente em um contexto em que o capitalismo dependente se aprofunda, reduzindo, ainda mais, as possibilidades de produção autônoma. A universidade corre o risco de uma reconfiguração como organização de serviços, seja através da formação de uma mão de obra técnica especializada para atender às rebaixadas demandas de força de trabalho, seja pela prestação de serviços técnico-científicos denominados atualmente como inovação.

Os poucos recursos destinados ao ensino superior geravam redução de salários, precarização do trabalho docente e deterioração das estruturas físicas, comprometendo a realização de sua atividade. Fernandes (1975), referindo-se à universidade da década de 1960, considera que esta nunca chegou a contar com recursos materiais e humanos adequados, o que comprometeu a possibilidade de crescimento como um processo institucional propriamente dito, e converteu-a em uma instituição carente de autopropulsão e incapaz de resguardar os seus dinamismos educacionais e culturais, facilitando a absorção de cultura hegemônica.

As condições de carência favoreceram o atrofiamiento das duas funções específicas, exercidas de fato (transmissão dogmática de conhecimentos e preparação de profissionais liberais), e impediram a aquisição das duas funções específicas que não se atualizaram (produção de conhecimento original, principalmente através da expansão da pesquisa, e formação de um horizonte intelectual crítico, dirigido para a análise da sociedade brasileira, da situação da civilização ocidental moderna e das grandes opções históricas com que se defronta a humanidade em nossa época) (FERNANDES, 1975, p.54).

A não dotação orçamentária por parte do Estado para que as universidades e a pós-graduação possam produzir conhecimento sem a necessidade de se submeter ao financiamento externo enfraquece a instituição pública. Cria-se um terreno fértil para a assimilação de “políticas modernizadoras” ou “inovadoras” voltadas para o mercado, e se faz necessária uma hierarquia acadêmica capaz de arbitrar a divisão de recursos com a autoridade de definir qual pesquisa deveria ser financiada.

A universidade pública tem sido instada a atender principalmente as demandas do setor produtivo, confirmando que o processo dito de desenvolvimento aplicado no Brasil não se coaduna com uma produção científica independente. Observando essa dinâmica ainda no quadro do regime ditatorial, Fernandes argumentou:

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada. De um modo ou de outro, elas acabam descobrindo e aproveitando certos expedientes que permitem comercializar – econômica, política e culturalmente – as descobertas e os avanços realizados. As nações

subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou podem alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada. Por isso, a universidade integrada e multifuncional propõe-se o objetivo de modernizar e intensificar o ensino, bem como se impõe a missão de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma independente. Ela não procura, e seria um suicídio se o procurasse (pelo menos nesta fase), converte-se em mecenas do crescimento e do aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia científica. (FERNANDES, 1975, p.88-89)

Muitos pesquisadores participam das pesquisas que privilegiam corporações privadas por verem nesta a única forma de realizar pesquisas que demandam maior infraestrutura. Submetem-se às regras de modo alienado, secundarizando o uso de sua pesquisa por interesses particularistas e desconsideram que estão contribuindo para o empobrecimento da ciência, comprometendo a função social da universidade e, ainda, naturalizam o fato de que os recursos aplicados são públicos e poderiam ir direto para as instituições de ensino sem a exigência de vinculação do financiamento ao desenvolvimento do setor produtivo. Outros acham que o desenvolvimento está em transformar a universidade e sua produção científica e acadêmica em negócio. E muitas normas estão sendo quebradas para flexibilizar a relação docente com a universidade permitindo que este possa ser transformado em um pesquisador de alguma empresa.

A universidade no Brasil nunca foi um campo de produção de conhecimento novo e independente, mas há que se reconhecer que diferente de processos privatistas mais avançados na América Latina como no caso do Chile ainda há resistências na defesa da universidade e de sua função em detrimento daqueles que a querem transformar em universidade-empresa.

Considerações Finais

Com efeito, o projeto de universidade e produção científica e acadêmica desenvolvido no Brasil não goza de autonomia desde sua origem. Sua forma de estruturação não permite avanços científicos com o intuito de superar os problemas que afligem a população. Muito pelo contrario, desde o denominado ‘milagre brasileiro’ até os dias de hoje interesses particularistas dão a tônica das políticas para este projeto.

Na atualidade, as medidas de governo tem avançado profundamente na ressignificação do público. Permitindo assim o financiamento do crescimento do setor privado tanto na educação superior, garantindo assim o maior crescimento de vagas no setor privado financiado com dinheiro público,

quanto no estímulo da participação da produção científica e tecnologia das universidades públicas no setor empresarial produtivo privado, e ainda, destinando financiamento público para o compartilhamento de riscos para a implantação da inovação neste setor.

Sem dúvida, as medidas do governo privilegiam instituições empresariais. Primeiro, porque direcionam dinheiro público na garantia os riscos das empresas na implantação da inovação; segundo, porque estimula que os projetos de pesquisa realizados nas universidades sejam negociados diretamente com o setor empresarial colocando a lógica mercantil a frente da produção do conhecimento e, por fim, por estimular a existência de nichos privados dentro das universidades contribuindo para a corrosão de seu caráter público.

Resta aos que defendem a universidade pública e a pesquisa científica como produção de conhecimento em busca da resolução dos problemas da humanidade a resistência. Não se pode calar diante da transformação de direitos sociais em mercadorias para o bem do capital. A resistência precisa estar baseada no entendimento de que os argumentos de crescimento, desenvolvimento e déficit não podem justificar políticas de ajustes fiscais que penalizem direitos sociais em detrimento do lucro do capital.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: Ortiz, Renato (Org.) Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. P.122-155.

BRESSER PEREIRA, L.C. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil – para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo, Editora 34, 1996.

FLORESTAN, F. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª Ed. São Paulo: Global, 2009.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. Revista Em Pauta, nº20. p. 57-68, Rio de Janeiro, 2007

LEHER, R. *Para silenciar os campi*. Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, n.88, p. 867-891, Especial. Out. 2014. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/pdf/es/v25n88/a11v2588>. Acesso em 25/05/2015.

LEHER, R.; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira e autoomia universitária e mercantilização da educação.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais. Ed. Zahar, 1961.

SILVA, S. *Pesquisa científica, editais de financiamento e heteronomia acadêmica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.